

História do convento e a igreja de São Domingos de Lisboa

Joana Paulino

NOVA FCSH / IJHAC

O abandono infantil na Lisboa dos séculos XVIII e XIX: do abandono anónimo ao fim da roda dos expostos

Durante Setecentos e até à década de 60 de Oitocentos o número de crianças abandonadas aumentou. A exposição infantil era, então, uma prática legal nos estados do sul da Europa, materializada na roda dos expostos, mecanismo cilíndrico colocado na fachada de edifícios, que permitia o abandono dos menores sem que os expositores fossem identificados, garantindo o secretismo do ato. Esta intensificação foi particularmente sentida na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, responsável pela criação dos expostos na capital e onde, entre 1850-1870, entre 2400 a 3000 crianças foram abandonadas por ano.

Todavia, dado o aumento exponencial do abandono, a elevada mortalidade infantil e os custos inerentes à criação destes menores, o modelo vigente tornava-se insustentável. Em 1867, o abandono anónimo foi abolido e, com ele, a roda dos expostos. As admissões passaram a ser controladas, justificadas e ponderadas, impondo-se o policiamento em torno das instituições e generalizando-se os subsídios de lactação. Não obstante o decreto que dava forma a esta medida ter sido revogado no contexto da Janeirinha, as medidas que propunha foram adotadas um pouco por todo o Reino. Três anos mais tarde, em 1870, a Misericórdia de Lisboa aplicou esta mudança, levando a cabo ainda medidas específicas, adaptadas aos particularismos da grande cidade e do abandono nela praticado.

Esta comunicação pretende refletir sobre o caminho na política assistencial face aos expostos, tendo como estudo de caso a cidade de Lisboa. Acompanhar-se-á o percurso de um abandono legal e generalizado na roda, para o seu fim, impondo-se a responsabilização e o auxílio parental.

Joana Vieira Paulino é doutorada em História, especialização em História Contemporânea pela NOVA FCSH, tendo estudado o abandono infantil na Lisboa Oitocentista e os reflexos do fim do abandono anónimo na capital. Atualmente, é investigadora júnior no Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto de História Contemporânea, indo em janeiro de 2025 iniciar uma investigação no âmbito do CEEC sobre as amas dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Venceu o prémio História de Cascais - Ferreira de Andrade (2015) e um prémio de jovens investigadores da Associação de Demografia Histórica (2016). Leciona na NOVA FCSH, é gestora editorial da revista IJHAC: A Journal of Digital Humanities, publicada pela Edinburgh University Press, editora do The Programming Historian em português, e consultora da Infraestrutura ROSSIO.

CONFERÊNCIAS NO CLAUSTRO

História. Memória. Arqueologia no
Convento de São Domingos de Lisboa

14 NOV '24

Ciclo de conferências dedicada à História do Convento de São Domingos de Lisboa e à investigação desenvolvida a partir da intervenção arqueológica realizada no antigo convento em 2021.



Igreja de São Domingos de Lisboa
Largo de São Domingos
Rossio



LISBOA
CULTURA

gabinete estudos lisboenses



PT

PT

CITICEM
CENTRO DE INVESTIGACAO E INTERACAO
CULTURAL, EDUCATIVA E SOCIAL

NOVA FCSH
NOVA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

História do convento e a igreja de São Domingos de Lisboa

António Camões Gouveia

CHAM - NOVA FCSH / UCP - CEHR
reliquiarum SCML/MSR

A Ordem dos Pregadores e as reformas religiosas modernas Linhas gerais e casos particulares

A inscrição da Ordem dos Pregadores no círculo das reformas religiosas da ruptura da Christianitas tem fundamentos muito divergentes.

Apesar dessas divergências, a consistência teológico-espiritual é um campo que permite clarificar, e explicar, como ao coexistirem as bases escolástico-medievais, do tempo de formação da Ordem, e as inovações, na sombra da devotio moderna e dos humanismos, se geraram tantos e tão variados exercícios de reforma.

De forma genérica, fazendo uso de alguns casos individuais, o que se vai procurar encontrar são as linhas gerais de afirmação e de ruptura numa Ordem religiosa em tempo de Reforma.

Dá aulas, desde 1981, na NOVA/FCSH, no âmbito da História da Sociedade e da Cultura (séculos XVI a XVIII) e da Programação de Cultura.

As suas áreas de interesse científico centram-se na História Social, das Sociabilidades e dos Poderes nas vertentes da História da Cultura, das Mentalidades e da História Religiosa.

Em confluência teórico-prática junta-lhes a Programação de Cultura, nas dimensões do Património, da Museologia e da Mediação.

Rui Manuel Mesquita

IHA - NOVA FCSH / ARTIS - FL UL

A reconstrução do Convento e Igreja de São Domingos de Lisboa (1756-1828) E as mais obras que se fizeram depois do Grande Terramoto de 1 de novembro de 1755 «na Praça do Rocío desta Cidade, e em toda a mais Circunferencia do terreno do dito seu Convento de São Domingos conforme o mappa daquele Citio e Reais Ordens de Sua Magestade Fidelissima»

Após o Grande Terramoto de 1 de novembro de 1755, o Convento e a Igreja de São Domingos de Lisboa passaram por uma reconstrução que durou várias décadas e envolveu significativas intervenções e despesas.

Entre 1755 e 1828, registaram-se despesas no telhado, refeitório e jardim, além de extensas obras de reconstrução e ornamentação do convento e da nova igreja, que envolveram carpinteiros, pedreiros, serralheiros e escultores, entre outros mestres. As obras foram então delineadas pelo «risco da planta que fez o Sr. Carlos Mardel», Arquitecto-mor (1761), e depois continuadas pelo do «Sargento mor Architecto Manoel Caetano de Souza» (1786), autor do prospecto da igreja.

A comunidade, que chegou a alojar-se, em parte e provisoriamente, no Convento de Santa Joana (que então abrigava, além da própria, as comunidades dominicanas femininas da Anunciada e da Rosa), durante o período de reconstrução, realizava as suas principais atividades religiosas no Capítulo, devido aos danos na igreja.

As obras de reconstrução não foram contínuas, e chegaram a ser interrompidas em 1761 por causa da guerra, e depois por falta de capital financeiro, o que levou à contração, em 1764, de um elevado empréstimo de 36 mil cruzados (14 contos e 400 mil réis), que veio a ser distratado pela Província de São Domingos, em 1776, com o capital da venda de pequenos conventos, como os de Almada e Alcáçovas, ordenada pelo conhecido provincial Frei João de Mansilha, um dos religiosos mais próximos do Marquês de Pombal.

Quer com fundos próprios, quer com o apoio da Intendência das Obras Públicas (em 1778), que forneceu alguns dos materiais essenciais, as obras foram continuadas com os trabalhos de reconstrução da igreja, que incluíram desentulho, conserto de estruturas e intervenções decorativas, como a pintura do teto, o douramento de cruzes, e a criação de capitéis, retábulos e esculturas, todas elas documentadas nos livros de despesas do Convento.

Rui Manuel Mesquita Mendes (Lisboa, 1974 -), Historiador e Investigador independente / colaborador externo associado do Grupo de Investigação de Estudos de Lisboa do IHA - Instituto de História da Arte (IHA-FCHS-UNL, 2024) e colaborador do ARTIS - Instituto de História da Arte (IHA-FL-UL, 2017). Mestrando com pós-graduação em História Moderna (FCSH-UNL, 2022), licenciado em História (FL-UL, 2015) e em Engenharia de Produção Industrial (FCT-UNL, 1998).

Estuda a história e património da região de Lisboa e Grande Estremadura, em particular a arquitectura religiosa (igrejas e capelas) e civil (quintas e casas nobres). Membro de associações de estudo e defesa do património e instituições académicas, é autor de várias comunicações e artigos sobre arquivos notariais e eclesiásticos, sociedade e religião, arte e património.